

O papel transformador do Relações-Públicas na sociedade¹

Giovanna Gomes FERNANDES²

Universidade Federal de Santa Maria *campus* Frederico Westphalen, RS

RESUMO

O artigo tem como objetivo trazer uma reflexão teórica sobre o papel social e transformador do profissional de relações públicas a partir da perspectiva das Relações Públicas Comunitárias. Através de uma pesquisa bibliográfica, o presente texto busca mostrar a importância desse profissional para a comunicação nas comunidades e para a construção da cidadania, utilizando como instrumento a comunicação participativa.

PALAVRAS-CHAVE: Relações Públicas Comunitárias; papel transformador; comunidade; cidadania; comunicação participativa.

INTRODUÇÃO

As Relações Públicas com uma visão mais tradicional tem o intuito de atender os interesses de uma sociedade capitalista, voltando-se maioritariamente para atender as necessidades das organizações, empresas e instituições. As funções dos profissionais que tendem para essa visão são fundamentadas em uma perspectiva de uma comunicação persuasiva, que preocupa-se em informar os públicos. (PERUZZO, 1986)

Ao contrário dessa visão, têm-se as Relações Públicas Comunitárias, que vem para atender as comunidades, as associações, os movimentos populares e organizações não governamentais, de maneira interativa, baseando-se na comunicação participativa, ou seja, prezam pela participação das pessoas que fazem parte da comunidade. Os profissionais trabalham pela e na comunidade, incentivando a participação, além de ajudar na consolidação da cidadania e da democracia. (KUNSCH, M., 2007b)

Desta maneira, o presente artigo - desenvolvido na disciplina de Teorias das Relações Públicas - tem como objetivo trazer uma reflexão teórica do papel social e transformador que um profissional de relações-públicas vai ter no contexto das Relações

¹ Trabalho apresentado no IJO3 – Relações Públicas e Comunicação Organizacional do XX Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sul, realizado de 20 a 22 de junho de 2019.

² Estudante de Graduação 3º. semestre do Curso de Relações Públicas da UFSM-FW, e-mail: gi.gomes.rp@hotmail.com

Públicas Comunitárias, usando como metodologia a pesquisa bibliográfica. Além disso, busca destacar a importância que esses profissionais terão na sociedade como responsáveis por ajudar na construção da cidadania e da democracia. Portanto, o artigo tem como finalidade mostrar um outro viés das Relações Públicas, promovendo uma reflexão sobre a atuação dos relações-públicas na sociedade.

Para tratar do assunto, o artigo foi separado em três tópicos. O primeiro traz a história do surgimento das Relações Públicas Comunitárias no Brasil, apontando os principais autores que se dedicam a esse tema. Além disso, aborda a definição do que é a comunicação comunitária e de dois conceitos importantes – cidadania e comunidade – para se entender o que se trata as Relações Públicas Comunitárias, definindo-as e apontando os seus princípios.

No segundo tópico, trata-se primeiramente da definição de Relações Públicas e em seguida, as funções que os profissionais de Relações Públicas têm na sociedade, expondo, de maneira contextualizada, as quatro funções que esses profissionais desempenham dentro de organizações e instituições. Seguidamente, trata da função social dos relações-públicas, voltando-se para os princípios das Relações Públicas Comunitárias. No terceiro e último tópico, é abordado o papel social e transformador do relações-públicas, levantando uma reflexão acerca de como esse pode contribuir para o bem-estar social, assim como para a consolidação e construção da cidadania.

1 RELAÇÕES PÚBLICAS COMUNITÁRIAS E COMUNICAÇÃO COMUNITÁRIA

As Relações Públicas Comunitárias começaram a ser discutidas por causa das transformações que a área sofreu a partir dos anos 80, quando houve um crescimento de movimentos sociais e o desenvolvimento da comunicação comunitária. É nesse momento que as pessoas começaram a se tornar conscientes de seus direitos e deveres dentro da sociedade e as organizações passaram a sentir a necessidade de contribuir na construção da cidadania, buscando participar de projetos sociais e parcerias com o terceiro setor. (KUNSCH, W., 2007a)

Porém, há pesquisadores que afirmam que muito antes de 1980, já haviam profissionais preocupados com a função social das Relações Públicas. Conforme é

mostrado por Kunsch (2001), Edward Bernays (1920) já trazia a ideia que “a base consistente para a prática de relações públicas corretas e eficientes estava nas ciências sociais e na sociedade democrática”. No Brasil, Cândido Teobaldo de Souza Andrade, que em sua tese de doutorado em 1970, destacava a necessidade de haver uma convergência entre interesses públicos e privados e das organizações conscientizarem-se a respeito da responsabilidade social (KUNSCH, 2001). Enfim, diferentes autores e pesquisadores buscavam evidenciar em suas pesquisas a questão do papel social que a área de relações públicas possui.

No Brasil, as Relações Públicas Comunitárias ganham maior foco em 1980, quando no IX Congresso da União Cristã Brasileira de Comunicação Social (UCBC) é incluso na programação um painel a respeito das relações públicas voltadas para o interesses da comunidade e dos movimentos sociais organizados. Esse contou com a presença de diversos autores, como: Margarida Krohling Kunsch, Cicilia Krohling Peruzzo e José J. Queiroz. Tal evento é considerado como marco para as Relações Públicas Comunitárias. (KUNSCH, W., 2007b)

Diversas teses e estudos vieram a contribuir para o crescimento e reconhecimento dessa área. A dissertação de Cicilia Peruzzo, 1981, nomeada “Relações Públicas no modo de produção capitalista”, trazia a ideia de questionar a real essência das relações públicas (KUNSCH, W., 2007b, p. 112). Peruzzo escreveu em sua tese que “relações públicas não são um simples conjunto de técnicas, mas todo um processo científico em que se busca conhecer, articular e transformar o homem, a sociedade e o mundo para construir o mundo, a sociedade e o homem.” (PERUZZO, 1982 apud KUNSCH, W., 2007b, p. 112). Com isso, cria-se uma nova visão de relações públicas.

Kunsch também discorreu acerca das Relações Públicas Comunitárias, em 1984, em que pontua que “o conceito de Relações Públicas Comunitárias diz respeito com prioridade, apenas ao trabalho realizado diretamente com a comunidade, dentro dela e em função dela” (KUNSCH, 1984 apud KUNSCH, W., 2007b, p. 112).

Para se entender melhor em que aspectos as Relações Públicas Comunitárias surgiram, procura-se compreender o conceito de comunicação comunitária, também denominada de comunicação popular ou alternativa. Conforme Peruzzo (2007a, p. 53), esse fenômeno comunicacional pode manifestar-se de diferentes maneiras e é inserida na sociedade para melhorar as condições de existência e conscientizar os segmentos mais

excluídos da população. Entende-se que nele há “o envolvimento das pessoas de uma ‘comunidade’ ou dos movimentos sociais, não apenas como receptores de mensagens, mas como protagonistas dos conteúdos e da gestão dos meios de comunicação.” (PERUZZO, 2007a, p. 53).

Tal fenômeno surge em um contexto político marcado pelo descontentamento da sociedade em relação a desigualdade social e da não participação política que foi gerada na ditadura militar. Com isso, na década de 1980, a população lutava pela democracia e pela justiça social, criando diferentes movimentos sociais para alcançar tais objetivos. A participação da sociedade na comunicação é uma das características mais relevantes na comunicação popular, defendida igualmente pelas Relações Públicas Comunitárias. (PERUZZO, 2007b)

A comunicação comunitária, juntamente com as Relações Públicas, contemplam um caráter dialógico e da co-presença que se articula “mediante processos em que a participação ativa é mais eficiente, com base em uma comunicação estabelecida com os públicos de forma envolvente e dirigida” (CÉSAR, 2007, p. 86). Entende-se que o relações-públicas será um agente dessa relação.

Peruzzo (2007a, p. 46), também destaca o termo cidadania, que está ligado a prática das Relações Públicas Comunitárias, na qual a comunicação tem um “papel central na construção da cidadania”. Assim, os meios de comunicação devem ser usados em benefício da cidadania, onde os próprios cidadãos irão construí-los através da interação com outras forças da sociedade, envolvendo-se, ainda, com a igualdade.

No seu livro “Comunicação nos movimentos populares: a participação na construção da cidadania”, Peruzzo dá ênfase à importância da participação dos indivíduos na sociedade e nos meios de comunicação. Sendo praticantes da cidadania, que juntamente com a comunicação irão fazer parte “no processo de constituição de uma cultura democrática, de ampliação dos direitos de cidadania, [...] na construção de uma sociedade que veja o ser humano como força motivadora [...] dos benefícios do desenvolvimento histórico.” (PERUZZO, 1998, p. 296).

Kunsch, W. (2007a) também destaca a significância da cidadania nas Relações Públicas Comunitárias. Para ele, “a construção da cidadania, [é a] razão primeira e última de qualquer política e de qualquer ação no campo das relações públicas comunitárias.”

(KUNSCH, W., 2007a, p. 12). Todos esses conceitos ajudam a apreender as Relações Públicas Comunitárias e suas principais características.

Dessa maneira, pode-se entender as Relações Públicas Comunitárias como aquelas praticadas no “âmbito de ‘comunidades’, associações, movimentos populares e outras organizações sem finalidade de lucro” (PERUZZO, 2009, p. 426), podendo atuar também na esfera do trabalho, como em sindicatos.

Kunsch, M. (2007b) traz como Relações Públicas Comunitárias uma prática que vai além de trabalhar para a comunidade com base nos moldes tradicionais. Essa busca atuar de maneira interativa, em que o profissional é um articulador e um incentivador, ao invés de um simples transmissor de conhecimentos. Ou seja, trabalha na e pela comunidade, com a participação dos indivíduos.

Ele não deve ser um mero ‘consultor’, que não vivencia as necessidades da comunidade. As relações públicas comunitárias implicam sua participação ‘na’ comunidade, dentro dela e em função dela. Melhor ainda será se ele for um ‘agente orgânico’ surgido no seio da própria comunidade. (KUNSCH, M., 2007b, p. 172)

Peruzzo (1993, p. 128-9 apud MURADE, 2007, p. 162) define os princípios das Relações Públicas Comunitárias, em que afirma que esses devem ser baseados na busca da igualdade e da transformação social, usando a concepção que se tem do mundo e do homem, onde se:

- a) acredita no homem, na sua potencialidade de construir uma sociedade justa e livre;
- b) enxerga a desigualdade social, as contradições de classes e querem o bem-estar, a plenitude dos direitos da cidadania assegurada para todos os homens;
- c) acredita nas possibilidades de mudanças e na sociedade civil como gestadora de mudanças e de nova hegemonia;
- d) implica a interdisciplinaridade entre vários campos do conhecimento e da ação político-educativa;
- e) se realiza de modo orgânico ao interesse público, e preferencialmente inserida em experiências concretas e alicerçadas na metodologia de uma educação popular libertadora;
- f) favoreça a ação coletiva, a autonomia, a partilha do poder de decisão, a corresponsabilidade. (PERUZZO, 1993, p. 128-9 apud MURADE, 2007, p. 162)

Muitas características das Relações Públicas Comunitárias são baseadas nos pensamentos de Paulo Freire, que defende a “educação libertadora”, sendo essa “capaz de promover a consciência reflexiva, o discurso crítico e, dessa forma, a construção e a reconstrução da realidade.” (FREIRE, 2011 apud GOMES, 2018, p. 7). Tais características devem se elencadas às ideias de Libertadora, devido ao fato de permitir a

liberdade de expressão dos indivíduos e de movimentos; Educativa, em que deve buscar a estimulação do conhecimento para que haja mudanças na mentalidade e atitude dos indivíduos; e Dialógica, pois fundamenta-se principalmente na participação dos indivíduos no processo comunicacional. (GOMES, 2018)

Quando se encara as Relações Públicas Comunitárias com esta visão voltada para a educação, liberdade e diálogo, elas acabam por se tornar relações públicas educacionais, uma vez que “já não se trata mais de informação, mas de formação, na qual o conhecimento construído pela comunidade vale tanto quanto o conhecimento científico, pois [...] estabelece relação/transformação da realidade.” (MURADE, 2007, p. 160)

Um outro conceito relevante para entender o processo de Relações Públicas Comunitárias é o de comunidade. Essa “se constrói dentro de um contexto societário amplo, onde o convívio entre a diversidade e a heterogeneidade faz parte dessa realidade comunitária.” (CÉSAR, 2007, p. 82). A comunidade está em constante movimento, com a diversidade cultural e de valores.

Assim, César (2018) afirma que é necessário enxergar as Relações Pública Comunitárias com uma nova postura metodológica. Ela passa a envolver não somente os movimentos sociais periféricos, mas também, outros espaços de atuação, como empresas que buscam atuar de maneira a promover uma harmonia social; de organizações não governamentais (ONGs), que visam realizar melhorias sociais; instituições públicas e privadas, que envolvem-se com a responsabilidade social; entre outros espaços cujo objetivo é de contribuir para a construção e preservação da cidadania. Até mesmo as comunidades virtuais devem ser levadas em conta, uma vez que no mundo atual, a presença dos indivíduos, organizações, movimentos e instituições nesses espaços tende a crescer cada vez mais.

2 FUNÇÕES DOS PROFISSIONAIS DE RELAÇÕES PÚBLICAS

De modo geral, pode-se entender Relações Públicas, trazendo como referência a definição da Associação Brasileira de Relações Públicas (ABRP), como

o esforço deliberado, planejado, coeso e contínuo da alta administração, para estabelecer e manter uma compreensão mútua entre uma organização, pública ou privada, e seu pessoal, assim como entre essa organização e todos os grupos aos quais está ligada, direta ou indiretamente (apud ANDRADE, 2001, p. 41).

Andrade, um dos pioneiros da atividade no Brasil, define Relações Públicas como “o dialogo planejado e permanente entre uma instituição e seus publicos, com o objetivo de determinar o interesse social e identifica-lo com o interesse privado” (ANDRADE, 1996, p.105 apud FRANÇA, 2003, p.145)

O profissional de Relações Públicas, conforme Kunsch (2003), numa visão mais voltada para o papel do relações-públicas nas organizações, tem como responsabilidade

planejar, implantar e gerenciar a gestão da comunicação institucional nas organizações, os relacionamentos estratégicos com os diversos públicos por meio de canais de comunicação, [...] visando a manutenção de uma imagem positiva e garantindo a boa vontade dos públicos com relação aos seus negócios (CONFERP)

Assim, de maneira contextualizada, as atividades de um relações-públicas dentro das organizações são divididas em quatro funções: administrativa, estratégica, mediadora e política. Conforme Kunsch (2003, p. 100), Relações Públicas como função administrativa consiste em atingir toda a organização através de atividades específicas, com o objetivo de criar interações entre os diferentes setores, grupos e/ou departamentos, de maneira a promover e manter canais de comunicação eficientes. Como função estratégica, o RP vem para contribuir para o valor econômico e a imagem das organizações, ajudando a “atingir seus objetivos, cumprir sua missão, desenvolver sua visão e cultivar seus valores” (KUNSCH, 2003, p. 103), por meio de diversos canais de comunicação entre a organização e seus públicos.

As Relações Públicas também têm a função mediadora, entre públicos e organizações, que além de simplesmente informar as pessoas, busca praticar a comunicação de modo recíproco e harmonioso. E por fim, há a função política, nas quais as Relações Públicas tem como intuito lidar “com as relações de poder dentro das organizações e com a administração de controvérsias, confrontações, crises e conflitos sociais que acontecem no ambiente do qual fazem parte.” (KUNSCH, 2003, p. 109)

Porém, no viés voltado para as Relações Públicas Comunitárias, o relações-públicas terá também uma função social, voltando-se para o meio social e trabalhando em prol da comunidade. Serão responsáveis por consolidar estratégias dialógicas da comunicação social, assim como o de desenvolvimento de diferentes movimentos sociais. Nesse sentido, o profissional deve trabalhar com um planejamento participativo, uma vez que um dos princípios das Relações Públicas Comunitárias é a participação dos

indivíduos no processo da comunicação. O relações-públicas vem para facilitar essa participação e mostrar o valor que essa tem na sociedade. (GOMES, 2018)

Conforme Murade (2007, p.160), as Relações Públicas Comunitárias oferecem informações e ferramentas de comunicação para as comunidades, em que podem vir a contribuir para a produção de autoconhecimento, voltando-se para uma perspectiva educacional, em que há a valorização do conhecimento criado pela comunidade. Desta maneira, a função de um RP será instrumental, uma vez que possibilita que haja uma “leitura do contexto com a comunidade e não para a comunidade” (MURADE, 2007, p. 161), afirmando novamente a necessidade de se ter uma comunicação participativa. Suas funções devem basear-se no modelo simétrico de duas mãos, valorizando a troca, o compartilhamento e o diálogo.

Quando as Relações Públicas se envolvem no processo da construção da cidadania, elas passam a incentivar uma “inquietação dos protagonistas sociais, o desejo de transformar a realidade, [...] de alcançar a consciência e a ação críticas.” (MURADE, 2007, p. 162). Como há a busca da harmonia social, é preciso conquistar novos direitos ou efetivar os já existentes, e o relações-públicas terá um papel em disponibilizar essa possibilidade de conquista de direitos e espaço para as pessoas e as comunidades.

Kunsch (2009 apud GOMES, 2018, p. 4) afirma que o profissional precisa utilizar-se principalmente das funções estratégicas em que vem para ajudar a comunidade a alcançar os seus objetivos sociais, estimulando a co-responsabilidade, assim como, mediadora, política e administrativa a fim de proporcionar o crescimento democrático e social. É importante, também, que o profissional esteja envolvido e inserido na comunidade, para que ele possa entender e atender melhor às necessidades dos indivíduos.

Para Gomes (2018, p. 8), o profissional de relações públicas será um agente de transformação e mudança social, usando-se da comunicação como instrumento para conscientizar a comunidade e construir a democracia e a cidadania. O autor ainda traz uma série de itens que precisam ser desenvolvidas pelo profissional, tais como: ser um articulador e facilitador; compartilhar conhecimentos; ser educador; ter formação crítica, reflexiva e humanizadora; e ter comprometimento social.

Além disso, na era da globalização, as Relações Públicas, têm um papel relevante nos meios digitais, servindo “como um instrumento para a criação da cidadania”

(CÉSAR, 2007, p. 78), principalmente nas redes sociais. Além de que, tais meios e a mídia, muito usada hoje em dia, deve prezar pela democratização das informações (PERUZZO, 2007a, p. 53), assim como fomentar a discussão de assuntos contemporâneos.

Assim, a atividade de relações públicas se baseia em uma ação refletida, consciente e transformadora. (OLIVEIRA, 2018, p. 7) O profissional irá verificar como a dinâmica social se processa dentro das comunidades, seja essa em um ambiente físico ou virtual. Já nas organizações, o profissional pode trabalhar para estabelecer uma relação transparente, consciente e ética entre a organização e seus públicos, sempre voltando-se para o social. Segundo Vieira (2002, p. 20 apud OLIVEIRA, 2011, p. 8), o profissional de RP deve buscar métodos que motivem uma mudança de mentalidade, na medida em que há uma humanização das relações de trabalhos, a fim de minimizar diferenças sociais e transformar a própria sociedade.

3 OS RELAÇÕES-PÚBLICAS COMO TRANSFORMADORES SOCIAIS

A partir das considerações feitas, entende-se que as Relações Públicas, no momento em que se baseiam em novo fundamento e na concepção libertadora e educativa, contribuem para a transformação social. Assim, o profissional passa a ser um agente transformador, que trabalhara em prol das pessoas, ajudando na construção da cidadania e da democracia. Com os princípios das Relações Públicas Comunitárias, que visam a participação da comunidade como a melhor maneira de se efetivar a comunicação, o relações-públicas busca trabalhar com a comunidade, através de um processo empático e solidário.

Quando agentes de transformação, os profissionais de relações públicas deixam de “repetir incessantemente o discurso sistêmico normalmente assimilado a sua formação universitária.” (KUNSCH, M., 2007b, p. 176), mas trabalham levando em conta o outro, ouvindo-o e, juntos, colocando em prática a comunicação. Como afirma Kunsch, M. (2007b, p. 176), o relações-públicas deve estar plenamente engajado na comunidade, ajustando-se à suas necessidades e seus interesses, efetivando um trabalho participativo. Além disso, não somente como um profissional, mas também como um indivíduo e cidadão, o relações-públicas deve vir a cultivar a solidariedade e valores humanos,

ajudando a constituir uma sociedade mais justa e a manter a democracia. Para tanto, deve adotar a ética, a transparência e a verdade, para assim, colaborar para o processo de transformação social.

No demais, entende-se que as Relações Públicas devem “favorecer a articulação, a conscientização e a ação coletiva da comunidade” (GOMES, 2018, p. 9) para assim, poder exercer o seu papel social e transformador, consolidando os seus princípios na ideia de uma educação libertadora. Tais profissionais envolvem-se diretamente na construção da cidadania, de maneira que estabelecem relações entre o Estado, o mercado e a sociedade, para manter uma harmonia e, acima de tudo, a democracia, usando-se da comunicação participativa como ferramenta.

Os princípios das Relações Públicas Comunitárias possibilitam que o profissional seja um agente de transformação social, uma vez que passa a ver a importância de incluir a própria comunidade para realizar uma mudança social e na formação da cidadania. É a partir dessa visão social e participativa das Relações Públicas Comunitárias que se torna possível “desenvolver indivíduos conscientes, críticos, atuantes e transformadores” (SILVA, 2010, p. 9) modificando as relações sociais e conseqüentemente, as organizações e a própria sociedade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O artigo teve como objetivo refletir o papel social e transformador do profissional de relações-públicas, a partir do conceito de Relações Públicas Comunitárias, por meio de uma pesquisa bibliográfica. Foi possível situar as Relações Públicas Comunitárias como uma atividade voltada para atender as comunidades, usando-se da comunicação participativa, ou seja, onde o trabalho é realizado pela e com a sociedade.

Conforme já destacado, as Relações Públicas Comunitárias passaram a ter mais visibilidade a partir do anos 80, quando a população, insatisfeita com o rumo da sociedade, começa a realizar diversos movimentos sociais, tornando-se consciente de seus direitos e deveres.

Ao se tratar de Relações Públicas Comunitárias, percebe-se que não se pode deixar de lado o conceito de comunicação comunitária, uma vez que essa está diretamente ligada aos princípios das Relações Públicas Comunitárias. Pode-se entender a comunicação

comunitária como um fenômeno comunicacional que visa o envolvimento e a participação das pessoas em seu processo. Além disso, também o conceito de cidadania está envolvido com a prática das Relações Públicas Comunitárias, já que a comunicação nesse viés tem um papel importante na construção da cidadania.

É possível reconhecer que a “educação libertadora”, defendida por Paulo Freire, encontra-se na base das Relações Públicas Comunitárias, sendo que é através dela que é possível criar uma consciência reflexiva e um discurso crítico, possibilitando que os indivíduos reconstruam a sua realidade. Conforme o texto apontou, as ideias de Libertadora, Educativa e Dialógica estão inseridas nas principais características das Relações Públicas Comunitárias.

Esta pesquisa também nos permite entender que os profissionais de relações públicas, além das funções já conhecidas (administrativa, estratégica, mediadora e política), quando voltados para as comunidades, têm também uma função social, em que trabalham de maneira a atender as necessidades e interesses da população. Para tanto, é fundamental que o profissional atue baseado no modelo simétrico de duas mãos, valorizando a troca e o diálogo. Além disso, ele poderá ser um agente de transformação social, que tem como responsabilidade conscientizar as pessoas sobre os seus direitos e ajudar na construção da cidadania, sempre usando-se da democracia e da comunicação participativa.

Dessa maneira, através desta reflexão do papel que os relações-públicas têm na sociedade, buscou-se destacar o quão importante é ter profissionais na área da comunicação que visam atender as comunidades, de maneira a ouvi-las e usar da própria voz das pessoas como uma ferramenta para a mudança social. Não basta somente o relações-públicas trabalhar para atender os objetivos das organizações. A sociedade, formada por pessoas, deve participar na tomada de decisões assim como na construção de uma sociedade melhor, e os relações-públicas, como agentes transformadores, vem para ajudar nesse processo, sempre trabalhando pela e com a comunidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRADE, Cândido Teobaldo de Souza. **Para entender relações públicas**. 3. ed. São Paulo: Loyola, 2001.

CÉSAR, Regina Escudero. Movimentos sociais, comunidades e cidadania. In: KUNSCH, Margarida M. Krohling; KUNSCH, Waldemar Luiz. **Relações Públicas Comunitárias: a comunicação em uma perspectiva dialógica e transformadora**. São Paulo: Summus, 2007.

CONFERP. **Áreas de Atuação: O que é Relações Públicas?**. Disponível em: <<http://conferp.org.br/relacoes-publicas/areas-de-atuacao/>>. Acesso em: 24 abr. 2019.

FRANÇA, Fábio. Subsídios para o estudo do conceito de relações públicas no Brasil. **Comunicação & Sociedade**. São Bernardo do Campo: Póscom- Umesp, a.24, n.39, p.127-154, 1º. sem. 2003. Disponível em: <<https://www.metodista.br/revistas/revistas-ims/index.php/CSO/article/download/4841/4091>>. Acesso em: 24 abr. 2019.

GOMES JÚNIOR, Jonas da Silva. Relações Públicas Populares e atuação profissional em comunidades: apontamentos pragmáticos sobre a perspectiva. **Conexões: revista de relações públicas e comunicação organizacional**, Manaus, n. 01, p.68-80, jan./jun. 2018. Disponível em: <<http://periodicos.ufam.edu.br/conexoes/article/view/3811>>. Acesso em: 10 out. 2018.

KUNSCH, Margarida M. Krohling. Relações públicas no terceiro setor: um resgate, para uma prática consciente. **Boletim Comunicarp**. Campinas, São Paulo, Curso de Relações Públicas da Puccamp, a. X, out. 2001.

KUNSCH, Margarida M. Krohling. **Planejamento de Relações Públicas na Comunicação Integrada**. São Paulo: Summus, 2003.

KUNSCH, Margarida M. Krohling. Sociedade civil, multicitadania e comunicação social. In: KUNSCH, Margarida M. Krohling; KUNSCH, Waldemar Luiz. **Relações Públicas Comunitárias: a comunicação em uma perspectiva dialógica e transformadora**. São Paulo: Summus, 2007a.

KUNSCH, Margarida M. Krohling. Dimensões e perspectivas da relações públicas comunitárias. In: KUNSCH, Margarida M. Krohling; KUNSCH, Waldemar Luiz. **Relações Públicas Comunitárias: a comunicação em uma perspectiva dialógica e transformadora**. São Paulo: Summus, 2007b.

KUNSCH, Waldemar Luiz. As relações públicas em uma perspectiva dialógica e transformadora. In: KUNSCH, Margarida M. Krohling; KUNSCH, Waldemar Luiz. **Relações Públicas Comunitárias: a comunicação em uma perspectiva dialógica e transformadora**. São Paulo: Summus, 2007a.

KUNSCH, Waldemar Luiz. Resgate histórico das relações públicas comunitárias no Brasil. In: KUNSCH, Margarida M. Krohling; KUNSCH, Waldemar Luiz. **Relações Públicas Comunitárias: a comunicação em uma perspectiva dialógica e transformadora**. São Paulo: Summus, 2007b.

MURADE, José Felício Goussain. Relações Públicas na construção da cidadania dos grupos populares. In: KUNSCH, Margarida M. Krohling; KUNSCH, Waldemar Luiz. **Relações Públicas Comunitárias: a comunicação em uma perspectiva dialógica e transformadora**. São Paulo: Summus, 2007.

OLIVEIRA, Aline Meneguini de. **Comunicação Pública e Relações Públicas: sintonia a favor do cidadão**. 13 f. Universidade Estadual Júlio de Mesquita Filho – Unesp Bauru, Bauru. 2011. Disponível em: <<http://www.bocc.ubi.pt/~boccmirror/pag/oliveira-aline-comunicacao-publica-e-relacoes-publicas.pdf>>. Acesso em: 23 nov. 2018.

PERUZZO, Círcia M. Krohling. **Comunicação nos movimentos populares**: A participação na construção da cidadania. Petrópolis: Vozes, 1998.

PERUZZO, Círcia Krohling. **Relações Públicas no Modo de Produção Capitalista**. São Paulo: Summus, 1986.

PERUZZO, Círcia M. Krohling. Cidadania, comunicação e desenvolvimento social. In: KUNSCH, Margarida M. Krohling; KUNSCH, Waldemar Luiz. **Relações Públicas Comunitárias: a comunicação em uma perspectiva dialógica e transformadora**. São Paulo: Summus, 2007a.

PERUZZO, Círcia M. Krohling. Comunicação comunitária e gestão participativa. In: KUNSCH, Margarida M. Krohling; KUNSCH, Waldemar Luiz. **Relações Públicas Comunitárias: a comunicação em uma perspectiva dialógica e transformadora**. São Paulo: Summus, 2007b.

PERUZZO, Círcia M. Krohling. **Relações Públicas nos movimentos sociais e nas "comunidades": princípios, estratégias e atividades**. In: KUNSCH, Margarida M. Krohling. **Relações Públicas: história, teorias e estratégias nas organizações contemporâneas**. São Paulo: Saraiva, 2009.

SILVA, Bruno Pedroso Lima. Relações Públicas com a sociedade: uma comunicação para a cidadania e para a sustentabilidade. **RP em Revista**, Salvador, n. 25, p.01-16, fev. 2010. Disponível em: <www.rp-bahia.com.br/rpemrevista/edicao25/relacoes_publicas_com_a_sociedade.pdf>. Acesso em: 10 out. 2018.